

O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação.

The field of cultural heritage and history: conceptual itineraries and preservation practices.

Antonio Gilberto Ramos Nogueira*

RESUMO



A complexidade que envolve a nova configuração do campo do patrimônio cultural na atualidade tem desafiado os pesquisadores a compreender os usos sociais do passado, consubstanciados pelo imperativo da patrimonialização, em perspectiva com o movimento de expansão da memória e as dinâmicas identitárias. A despeito das especificidades dos instrumentos que fundamentam a institucionalização do patrimônio cultural no Brasil, ainda que olhares apressados tendam a caracteriza-los de ordem conceitual e/ou metodológica, em estreita articulação com a dimensão material e imaterial do bem, procuramos evidenciar é que tombamento e registro se inserem na lógica das escolhas e atribuição de valores, segundo as contingências sociais e temporais sob as quais eles se constroem e se localizam. Enquanto uma modalidade de escrita do passado, as reflexões sobre o patrimônio cultural devem considera-lo parte do esforço dos agentes envolvidos (poder público e sujeitos sociais) de tornar a experiência do

*É professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de História do Brasil. Recebeu o prêmio Silvio Romero 2004. É coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória-UFC/CNPq.

transcurso do tempo em experiência partilhável social e coletivamente (GUIMARÃES, 2012). Diante da profusão de leituras, apropriações e construções de significados em torno do patrimônio cultural, o artigo trata essa escrita a partir duma perspectiva histórica, buscando contribuir com as reflexões sobre as singularidades dos processos de patrimonialização em sua historicidade.

Palavras-chave: História. Patrimônio cultural. Memória. Identidade. Campo.

ABSTRACT



The complexity that involves the new configuration in the cultural heritage field nowadays has challenged researchers to understand the social uses of the past, underpinned by the patrimonialization imperative, in perspective with the movement of memory expansion and identitarian dynamics. Despite the specificities of the instruments that support the institutionalization of cultural heritage in Brazil, although a hasty, careless look might categorize them as conceptual or methodological, in straight articulation with the material and immaterial dimension of an asset, we have tried to evidence that preservation as cultural heritage and registration are inserted in the logic of choices and value attribution, according to social and time contingencies under which they are built and located. As a writing mode from the past, reflections over the cultural heritage must consider it part of the effort by the agents (public authorities and social subjects) involved in the task of turning the time course experience into an experience which can be shared socially and collectively (GUIMARÃES, 2012). In face of the profusion of readings, appropriations and constructions of meanings around the cultural heritage, the article deals with this writing from a historical perspective, which aims at contributing to reflections over singularities in the processes of patrimonialization in its historicity.

Keyword: History. Cultural patrimony. Memory. Identity. Field.

A força e a riqueza de sentidos que evoca a palavra patrimônio na atualidade têm configurado a complexidade de um campo em constante mutação. Vetor de muitas possibilidades de atuação profissional e/ou renovação das perspectivas de investigação e intervenção na área, o campo do patrimônio cultural tem atraído especialistas, acadêmicos, estudantes e movimentos sociais e culturais.

No Brasil, independentemente das temáticas e escalas que refletem as experiências locais, regionais e nacionais, sem perder de vista sua inserção em termos globais, os processos de patrimonialização de bens e práticas culturais, ao mesmo tempo em que sinalizam os deslocamentos conceituais da memória e do patrimônio, colocam a necessidade de refletir sobre a historicidade mesma de tais conceitos e das práticas preservacionistas a eles relacionadas em sintonia com o desafio da interdisciplinaridade.

A dilatação do conceito e a expansão do campo do patrimônio trouxeram questões importantes a serem enfrentadas e debatidas. Os usos sociais do passado, consubstanciados pelo imperativo da patrimonialização, têm desafiado os pesquisadores que trabalham com

as políticas de preservação relacionadas ao patrimônio e à memória a escapar dos excessos do dever de memória, sem contudo desconsiderar sua legitimidade. Nesta perspectiva, está lançado o desafio à interdisciplinaridade do campo: construir pontes e conexões em que as apropriações de instrumentos teóricos e metodológicos de identificação e gestão patrimoniais estejam em conformidade com as regras disciplinares envolvidas e não perder de vista as especificidades de cada olhar disciplinar (CHUVA; NOGUEIRA, 2012).

E, por campo, estamos em diálogo com a concepção aventada por Pierre Bourdieu (1989) quando nos põe a pensar sobre as lógicas de constituição dos diferentes campos, como o cultural, o político e, acrescentaríamos, o patrimonial. Com regras próprias, valores e distinções específicas, os campos seriam espaços interacionados e privilegiados para a construção de representações. Nesse sentido, as disputas simbólicas entre as diferentes classes e grupos lhes seriam inerentes na busca pela construção de versões hegemônicas das experiências histórico-culturais.

Ainda que reconheçamos a questão das fronteiras como marcas do campo do patrimônio cultural (por exemplo: fronteiras institucionais e administrativas, fronteiras disciplinares e de conhecimento, fronteiras culturais e territoriais), a inserção de novas temáticas empreendidas pela ideia de patrimônio imaterial ou intangível colocou a necessidade de acionar novos recursos teóricos e metodológicos. O objetivo é patente: responder inúmeras outras atribuições que passaram a fazer parte das novas políticas de memória e de preservação do patrimônio cultural em termos de tratamento, proteção e salvaguarda.

Tal processo correspondeu a um rearranjo interno ao campo, sobretudo em termos de saberes tradicionalmente consolidados como fora o caso da Arquitetura, e colocou em evidência as divisões e disputas disciplinares, tendo cada uma das disciplinas procurado legitimar um novo lugar de fala e de posição como garantia de reconhecimento e de lugar de mercado. Também é necessário perceber que a dilatação da noção de patrimônio cultural e a nova configuração do campo, centrada na construção de um diálogo mais sistemático, não mais somente entre as disciplinas das ciências humanas e ciências sociais (entraram em cena a biologia, o direito, o turismo, a ciência da informação, etc.), representam um movimento maior de expansão das fronteiras do patrimônio corporificado no expressivo número de editais (IPHAN, PROEXT) que contemplam projetos de caráter interdisciplinar, potencializados pelas temáticas transversais da diversidade cultural e dos direitos culturais e à memória.

Nesse mesmo movimento, além da introdução da educação patrimonial no ensino fundamental (amparada nos planos dos PCNs) e de disciplinas concernentes ao patrimônio e afins nos currículos de graduação dos cursos de História, hoje, há cursos voltados para a formação de historiador especializado/qualificado em patrimônio cultural. Visível é a criação de cursos de especialização e mestrado em patrimônio ou gestão de bens culturais

em vários Programas de Pós-Graduação bem como a criação de laboratórios ou grupos de pesquisas, dentre os quais se encontra o nosso Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória – GEPPM/UFC-CNPq. O certo é que grande parte do conhecimento gerado por essas pesquisas tem resultado num crescimento significativo de monografias, dissertações e teses defendidas nos Departamentos e Programas de Pós-Graduação em História e Ciências Sociais e na proliferação de publicações em artigos, livros e revistas especializadas.

Nesse quadro em que se delinea uma nova história do patrimônio cultural no Brasil, gostaria de propor uma leitura sob o olhar de um historiador do patrimônio, na perspectiva de pensar como a produção desse conhecimento objetivado – em diferentes redes e narrativas permeadas por distintos itinerários conceituais e institucionais – se inscreve num universo de reflexão que tem procurado responder às demandas que refletem a multiplicidade de temas, abordagens, fontes e métodos concernentes às atuais lidas do patrimônio (ABREU; CHAGAS, 2003; CHUVA; NOGUEIRA, 2012; PAULA; MENDONÇA; ROMANELLO, 2012; TAMASO, 2006).

Para o historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães (2012, p. 97), devemos compreender as reflexões em torno do patrimônio em sua estreita articulação com os trabalhos de produzir uma forma de escrita do passado, devendo-se tratar essa escrita a partir de uma perspectiva histórica. Seguindo este raciocínio, nos perguntamos: como podemos avaliar o lugar da história e do papel do historiador na complexidade que se reveste o campo do patrimônio cultural na contemporaneidade?

Partimos de um ponto comum: a própria noção moderna de patrimônio é tributária do fazer-se da disciplina história no século XIX. A presença da história no campo do patrimônio desde sempre se fez presente independentemente do postulado ao qual tem sido concebida em relação a outras disciplinas. Seja como norteadora dos procedimentos metodológicos de investigação para a produção de conhecimento sobre o patrimônio cultural, seja como narrativa de atribuição de valor de patrimônio a subsidiar a sua gestão e a uma escrita do patrimônio, a história tem sido requisitada de formas distintas. Na trajetória das práticas preservacionistas no Brasil, a presença da história se deu de “modo subliminar, ocultando (ou mesmo limitando) as contribuições da disciplina para o campo da preservação e, em especial, o papel do historiador como produtor de narrativas que também fabricam o patrimônio” (CHUVA, 2012, p. 13).

Considerando que os estudos sobre o patrimônio têm se multiplicado em uma profusão de leituras, apropriações e construções de significados em torno do patrimônio, a perspectiva histórica, de caráter retrospectivo, tem sido reivindicada quando se tem como objetivo investigar as singularidades dos processos de patrimonialização em sua historicidade.

“A história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio” (POULOT, 2009, p. 12). Neste itinerário, interessam-nos os conceitos, os instrumentos e as políticas de preservação que conformam o atual campo do patrimônio cultural e se constituem em campo fértil para a compreensão dos “jogos do tempo” em que se envolvem a história, a memória e o patrimônio. Ajuda-nos ainda pensar que essa história, como tem sido praticada, é indissociada da “história do conceito”, em que a atribuição e a produção de sentidos está em perspectiva com o espaço da experiência e o horizonte da expectativa, como nos ensinou Reinhart Koselleck (2006).

A inflação patrimonial, transcurso do tempo

Observamos o termo “patrimônio” adentrar o século XXI como uma espécie de cruzada ocidental, conduzida pelo seu poder de evocação (POULOT, 2009), até tornar-se, com o seu correlato “conservação”, o novo imperativo a operar sobre os deslocamentos das sensibilidades temporais (HARTOG, 2006).

Os sentidos múltiplos atribuídos à palavra patrimônio dotaram-na de uma complexidade conceitual que vozes simultâneas, entrelaçadas e distintas repertoriam os diversos usos da palavra para dizer coisas muitas vezes diferentes e nem sempre harmoniosas entre si. É a batalha semântica a qual nos reporta Koselleck para interpretarmos a polissemia que palavras e conceitos compartilham em sua vinculação com o presente.

Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa palavra. Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferente totalidades de sentidos (KOSELLECK, 2006, p. 108-109).

Em sintonia com o “boom da memória”, a onda universalizante do patrimônio, em sua versão ampliada e rotinizada, tem convergido para a vulgarização da ideia de que tudo é patrimônio ou, potencialmente, poderia vir a ser. Vivemos uma obsessão pelo patrimônio. Cada vez mais o vocábulo tem figurado os empreendimentos de toda ordem – seja político,

social, econômico e/ou simbólico – e mobilizado diferentes ações de preservação com vistas aos interesses das comunidades em escalas locais, nacionais e internacionais.

Mas se, por um lado, é notório que a palavra patrimônio distanciou-se de sua concepção original de monumento histórico, por outro lado, passou a designar, simultaneamente, o conjunto das manifestações culturais em sua diversidade de suporte material, natural e intangível. Na condição de uma categoria aberta, tem assimilado novos conteúdos e significados como as crenças, o artesanato, a culinária, a música, a dança, o teatro, as festas, a paisagem, as tradições oral e escrita, as práticas sociais, as técnicas, etc.; ao mesmo tempo, tem resignificado outros já consagrados como a arquitetura (erudita, vernácula, corrente) (CHOAY, 2005).

Segundo François Hartog (2006, p. 272), “seria ilusório nos fixarmos sobre uma acepção única do termo”:

O patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos. Inscrito na longa duração da história ocidental, a noção conheceu diversos estados, sempre correlatos com tempos fortes de questionamento da ordem do tempo. O patrimônio é um recurso para o tempo de crise. Se há assim momentos do patrimônio, seria ilusório nos fixarmos sobre uma acepção única do termo

Na assertiva de Hartog (2006, p. 272), os diversos sentidos do patrimônio foram se configurando “sempre correlatos com tempos fortes de questionamento da ordem do tempo”. Em par com a memória, constitui-se palavra-chave de nossa experiência temporal contemporânea. Ambos representam um mesmo movimento: ao mesmo tempo em que são sintomas e traduzem o que somos hoje, cumprem uma função de proteção e refreamento ao mal-estar causado “pela nossa profunda ansiedade com a velocidade de mudanças e um contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e espaço” (HUYSSSEN, 2000, p. 28).

Ao relacionar patrimônio e memória como testemunhos de um tempo de crise, Hartog opera com um novo “regime de historicidade” que o Ocidente vive desde a Queda do Muro de Berlim (1989). Esta noção possibilitou compreendermos a complexidade do tempo tanto no sentido de “como uma sociedade trata o seu passado” quanto “a mobilidade de si de uma comunidade”, ou seja, “maneiras de ser no tempo” (HARTOG, 2006, p. 262-263). Tal constatação emerge da observação do autor em relação ao crescimento rápido da categoria do presente, que se impôs como evidência de um tempo presente onipresente, nomeado por ele de “presentismo”, onde se vive entre a amnésia e vontade de nada esquecer.

O fenômeno da patrimonialização que marcou as três últimas décadas do século XX trouxe, associados à lógica do conservar e destruir, os conceitos de identidade e memória como palavras de ordem do processo de representação de uma retórica da perda (GONÇALVES, 1996). Nesse contexto, a função social atribuída ao recurso identitário conferido ao patrimônio se impôs como um reconhecimento de sua necessidade (JEDY, 1990).

De lá para cá, o que se observou foi uma busca desenfreada pelo passado consubstanciada pelos movimentos de defesa da diversidade cultural e pelo desejo de transformar nossas histórias, monumentos e manifestações culturais em patrimônio (LOWENTHAL apud TAMASO, 2006). É o momento de uma virada em que a questão do patrimônio se transforma em dever de memória – “traço distintivo do momento que nós vivemos ou acabamos de viver: uma certa relação ao presente e uma manifestação do presentismo” (HARTOG, 2006, p. 271) operado pela obsessão em tudo preservar.

Pierre Nora (1993) identifica essa pulsão compensatória de tudo guardar e preservar em seu refinado diagnóstico da aceleração da história, objetivado pelo conceito de “lugares de memória”. Segundo o historiador, perdida a memória como elo de continuidade e preservação do social, seriam, os lugares de memória, a última fronteira na tentativa de restabelecer a continuidade entre presente e passado. Nasce como forma de compensar a perda, ainda que irreparável, da memória como experiência coletiva, resultando, daí, o fenômeno da patrimonialização da história. A própria semântica do termo patrimônio se constrói em sua relação mediatizada com o tempo avalia Manoel Luiz Salgado Guimarães (2012, p. 99):

“O termo patrimônio supõe, portanto, uma relação com o tempo e seu transcurso. Em outras palavras, refletir sobre o patrimônio significa, igualmente, pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a toda e qualquer sociedade humana”.

Por outro lado, se a evidência do patrimônio corresponde ao desejo e necessidade de passado plasmado por uma “ilusão de continuidade” (CANDAU, 2011, p. 159), diante das incertezas e angústias de um tempo saturado de presente, fracassaria a ideia de que o fenômeno da patrimonialização é sinal da obsessiva tentativa em domesticar o tempo:

De fato, é evidente que fracassaria o patrimônio que fosse um controle utópico do tempo, tentando reproduzi-lo de uma forma idêntica. O patrimônio não é o passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica. Neste aspecto é que a história parece, com tamanha frequência, “morta”, no sentido corrente. Mas, ao contrário, o patrimônio é “vivo”, graças às profissões de fé e aos usos comemorativos que o acompanham (POULOT, 2009, p. 12).

Interessante perceber a leitura de Dominique Poulot quando colocada em conexão com a perspectiva do “presentismo” postulado por Hartog. No novo regime de historicidade, marcado pela crise de futuro, observamos os patrimônios se multiplicarem e a memória se tornar plural “graças às profissões de fé” e aos “usos comemorativos” que os revestem em nome de um “investimento de identidade” a ser transmitido. Essa nova experiência do tempo fechado em si mesmo, onipresente – onde o passado e o futuro são cotidianamente fabricados segundo sua própria necessidade – foi, simultaneamente, desenvolvendo o medo da amnésia (coletiva e individual) e a vontade de nada esquecer.

Seria esta a condição do patrimônio e da memória que tem orientado as políticas de preservação? Não estaria, neste movimento reativo, a emergência de uma consciência patrimonial que tem impulsionado diferentes sujeitos a ações preservacionistas face ao processo de mudanças estruturais decorrentes de uma mundialização da cultura, do consumo e do turismo? E o que dizer do desejo e a necessidade das pessoas de verem o seu passado se transformar em patrimônio?

Os anos de 1980 foram marcados pelos debates em torno da memória e do patrimônio, mais especificamente sobre os deslocamentos conceituais de um e de outro em perspectiva com os anseios de novos sujeitos históricos que entraram em cena e forjaram a necessidade de se repensar os silêncios e os ocultamentos, assim como o que deve ser protegido, valorizado, repertoriado.

A memória se tornou plural. Outras vozes, narrativas, apropriações e sentidos passaram a informar e a conformar a memória de si e a memória nacional. Proliferaram museus, memoriais, centros de memória, arquivos, memórias de bairros, de partidos, de sindicatos, de igrejas, de grupos sociais, de acervos digitais, etc. A moda “retrô” invadiu a produção de documentários e novelas de época. O retorno das biografias tem, cada vez mais, seduzido os historiadores e público em geral. E que dizer do crescimento das autobiografias que se impõem como forma recorrente de expressão de arte contemporânea?

Também o conceito de patrimônio cultural se multiplicou e foi ganhando diferentes significados. Transcendendo os adjetivos que recebeu ao longo do tempo (histórico, artístico, móvel, imóvel, tangível, intangível, material, imaterial, paisagístico, genético, tesouro vivo, etc.), a ressemantização do conceito de patrimônio é, em si mesma, sinalizadora das concepções de tempo, lugar social de produção, perspectiva teórica e metodológica e sentido político. Nesta perspectiva, o conceito de patrimônio deve ser pensado em termos de uma prática social construída histórica e culturalmente em consonância com a busca de identidade e as demandas de “vontade de memória” no tempo presente.

Com frequência, o termo patrimonialização tem sido empregado para designar todo o processo de constituição de patrimônios a partir da seleção e atribuição de valor de

referência cultural a bens e práticas culturais de determinados grupos de identidade. O ato de patrimonializar refere-se, assim, à ação de identificar os valores culturais de um dado bem, de os reconhecer socialmente e assim constituir patrimônio.

Patrimônio e historicidade das políticas de preservação no Brasil

Os estudos de Françoise Choay (2006, p. 10), colocados sob a ótica de uma abordagem semântica do patrimônio e das críticas às políticas de patrimonialização, têm sido referência necessária para compreendermos os deslocamentos conceituais do termo em sua intrínseca relação com o tempo. Debruçada sobre o *Der Moderne Denkmalkultus* (O Culto moderno dos monumentos), de Alois Riegl, a autora traz à luz a distinção entre monumento e monumento histórico. Praticando a etimologia da palavra “monumento”, encontra em seu sentido original, antropológico, o seu caráter de “universal cultural” manifestado em praticamente todas culturas. Enquanto “uma arte da memória”, sua nítida intenção é nos tocar a lembrança. Já “a invenção do monumento histórico é solidária daquela dos conceitos de arte e história” e de uma concepção de tempo histórico, linear e irreversível.

A teoria dos valores formulada por Riegl, no início do século XX, apresenta-se de suma importância para superar a ideia de que os monumentos são constituídos de categorias fixas e imutáveis. Segundo Choay (2006, p. 10), ao “empreender o inventário dos valores não ditos e das significações não explícitas, subjacentes ao conceito de monumento histórico”, Riegl encontrou, na Renascença, o distanciamento – que as culturas antiga e medieval ignoraram – para apreender a historicidade de tais valores em sintonia com as novas concepções de tempo e de espaço. Tal distanciamento, fundado na teoria dos valores, permitiu perceber os deslocamentos dos dispositivos mnemônicos em sua relação com o tempo.

Se, no monumento, passado e presente estão entrelaçados em sua destinação memorial, no monumento histórico, as relações com a memória viva e a duração são determinadas pela emergência de um saber em estreita relação com formas diferenciadas de pensar historicamente. Ao ser considerado objeto de conhecimento, se insere numa concepção linear do tempo, uma vez que o valor cognitivo o reporta ao passado e à história em geral ou ainda à história da arte. Já na condição de objeto de arte, é o valor de sensibilidade que o torna “parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória e da história” (CHOAY, 2001, p. 26).

São essas relações que se mantêm com o tempo, a memória e o saber, segundo Choay, é que vão determinar uma diferença maior quanto à conservação dos monumentos e dos monumentos históricos, respectivamente (CHOAY, 2001).

Foi no contexto da Revolução Francesa e da construção das culturas nacionais que a ideia de nação veio conferir status ideológico ao conceito de patrimônio e assegurar, por meio da institucionalização de práticas específicas, a sua preservação. Se a possibilidade de conhecimento e o amor à arte não foram suficientes para garantir a sua preservação, o medo da destruição e da perda fez colocar no centro do debate a necessidade de sua preservação. Nessa perspectiva histórica, a constituição dos patrimônios tem seu momento fundador ligado à formação dos Estados modernos e à construção de uma identidade nacional.

No papel de testemunhos do passado, conformadores de um tempo nacional, consubstanciaram igualmente uma escrita da história política e ideologicamente comprometida com o projeto de construção da nação no século XIX. Neste contexto, a operação histórica (CERTEAU, 2000) se valeu dos adjetivos histórico, artístico e nacional como valores de testemunho, documentos de uma verdade que se buscava comprovar “tal como realmente aconteceu”, ou seja, monumentos, edificações e obras de arte passaram a ser sacralizados e preservados, investidos que estavam do poder de reificar a nação localizando-a no tempo e no espaço.

Essa perspectiva francesa de patrimônio monumental fundada nos valores nacional, estético e didático passou a figurar como paradigma na constituição de políticas públicas de preservação do patrimônio no ocidente. A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937, hoje, IPHAN e de seus congêneres em vários países da América Latina é exemplar.

No Brasil, a ideia de uma singularidade nacional que norteou as narrativas sobre o passado caminhou em perspectivas distintas, mas complementares: a escrita da história e a institucionalização das práticas preservacionistas. De um lado, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e seus congêneres regionais que, em conjunto com o Arquivo Nacional, ambos criados em 1838, iniciam o processo de institucionalização da memória nacional; de outro, as narrativas modernistas corroboraram para a fundamentação de um tempo nacional tendo como um dos seus correspondentes ao projeto de construção da brasilidade a definição de uma noção de patrimônio cultural e a formulação de uma política de preservação.

No projeto de consolidação do Estado Nacional, o duplo esforço de delinear a gênese da nação e garantir a consolidação de uma nova civilização nos trópicos foi acompanhado por uma escrita histórica peculiar ao IHGB. A concepção pragmática e exemplar de história assentada no tempo linear era a bússola padrão (GUIMARÃES, 1998). Assim, na perspectiva de forjar um lugar de memória e um modelo de história oficial, o IHGB pautava suas diretrizes centrais na coleta e publicação de documentos históricos sobre as diferentes regiões do Império.

A fundamentação de um tempo nacional empreendido pelos modernistas dever ser entendida em consonância com as peculiaridades do movimento ensejado pelo desejo de inserção do Brasil no “concerto das nações civilizadas” (MORAES, 1978, p. 71). Passado o deslumbramento de renovação estética em sua primeira fase, todo o esforço do Modernismo foi direcionado para a construção de um projeto de cultura nacional assentado na dialética do local e do universal (CANDIDO, 2000). Na perspectiva de um nacionalismo universalista, foi-se delineando um passado a partir daquilo que nos individualiza e nos singulariza: a consciência do sentido de uma arte e de uma cultura nacionais levou os modernistas ao encontro dos testemunhos do passado colonial como signo do Brasil moderno.

Nas representações da brasilidade procurada, o passado reelaborado é o tempo de origens da nação. Ali onde se encontra a tradição, os modernistas elegeram Minas Gerais e o barroco como berço da nação civilizada. Não é a toa que Mário de Andrade, já em 1919, fez sua primeira viagem às cidades históricas do século XVIII, desconfiado estava que ali existiu uma primeira manifestação artisticamente brasileira. “É um fóssil, necessitando ainda de classificação, de que pouca gente ouviu falar e ninguém incomoda” (ANDRADE, 1972), declarou o poeta tomando para si essa missão. Já na companhia de outros modernistas que viajavam a Minas Gerais em 1924, é Malazarte quem relata: “Estávamos em busca de arte e de passado” (ANDRADE, 1972).

Interessante observar que essas e outras viagens de descoberta do Brasil, representam a obsessiva tentativa do pai de Macunaíma de construção da nação. Aqui, o passado seria matéria-prima a ser resgatada como referencial. Não um passado que não existe mais, mas sim aquele que manifestado nas diferentes temporalidades confere sentidos às coisas mais comezinhas encontradas nas camadas sobrepostas do tecido social. A partir da experiência e aprendizado – de viajante e Diretor de Departamento de Cultura do Município de São Paulo –, Mário de Andrade organizou a Missão de Pesquisas Folclóricas (1936), de base etnográfica, e protagonizou uma de suas maiores contribuições para a história das práticas de preservação no Brasil materializada em seu “inventário dos sentidos” (NOGUEIRA, 2005).

Foi justamente do reconhecimento dessa experiência e engajamento dos intelectuais modernistas, encabeçados por Mário de Andrade, que surgiu um movimento de defesa e proteção dos monumentos históricos e artísticos nacionais culminando, na década de 1930, no processo de institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil em nível federal. Em 1936, a pedido do ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, Mário de Andrade elaborou o anteprojeto que serviu de base para o decreto-lei 25/37 de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Antes disso, entretanto, é preciso reconhecermos que outras iniciativas já vinham se processando na área do patrimônio cultural como é o caso da fundação do Museu Histórico Nacional (1922), da criação das Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos: Minas Gerais (1926), Bahia

(1927) e Pernambuco (1928), até a criação da Inspeção de Patrimônios Nacionais, em 1934, subordinada à direção do Museu Histórico Nacional, representada por Gustavo Barroso.

Nesse processo, um marco importante para a história do pensamento preservacionista no Brasil foi a promulgação do decreto 22.298, de 12 de julho de 1933. Realizada por Getúlio Vargas, tal ação significou a elevação de Ouro Preto à categoria de monumento nacional. Além de assegurar que aquele passado histórico e estético, sagrado e cívico fosse protegido, o documento revelou uma concepção de patrimônio que elegeu como nosso primeiro monumento o espaço/tempo da cidade, sacralizando o lugar fundador da nação civilizada. Ali, a ideia de nação civilizada manifestada no barroco colonial mineiro colocou, no centro do debate, a natureza mesma do “ser histórico” e os usos do passado na construção de um Brasil moderno.

Ainda na década de 1930, a criação do SPHAN (1937) pode ser observada como parte de uma conjuntura política explicitada em várias ações que marcaram o projeto ideológico do Estado varguista como agente fundamental na construção simbólica da nação. Mesmo que o decreto-lei 25/37 tenha restringido a concepção de arte patrimonial de Mário de Andrade, que procurava abarcar todas as manifestações e expressões do povo brasileiro, incluindo nas oito categorias de arte, além dos bens móveis e imóveis de valor histórico e artístico, a arte arqueológica, a arte ameríndia e a arte popular, a vitória dos modernistas foi constituída por meio de lutas, conflitos e negociações no interior do próprio Estado e de sua concepção sobre política preservacionista.

O referido decreto trouxe, junto com a concepção de patrimônio fundado nos valores de monumentalidade e excepcionalidade, o tombamento e o restauro como instrumentos de preservação. O inventário, embora constasse no decreto, ficou relegado a um segundo plano, como reconheceu o próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN (1937-1967). O tombamento, por sua vez, ganhou centralidade e contribuiu para a construção de um conceito hegemônico de patrimônio nacional que marcou a chamada fase da “sacralização da memória em pedra e cal” (CHUVA, 2009; FONSECA, 1997; NOGUEIRA, 1995, 2005; RUBINO, 1991).

Diante dos impasses que envolviam os bens móveis e imóveis patrimonializados na complexa relação entre público e privado, o tombamento se apresentou como solução normativa viável. Entretanto, para além de seu caráter técnico e legal, é preciso percebê-lo como um dispositivo que tem o poder nomeador de construir uma representação da nação – a partir das escolhas e dos valores atribuídos a bens patrimonializados – fundada em um *continuum* temporal. Segundo Julia Wagner Pereira (2012, p. 166), “ao recontextualizar o bem, remetendo-o simbolicamente a um espaço-tempo histórico-mítico, o tombamento acrescenta-lhe novos significados, que permitem transcender sua existência comum, passando a pertencer concomitantemente ao passado e ao presente”.

A conformação de um quadro simbólico de legitimação da nação foi se configurando, no interior da política de preservação do patrimônio cultural do SPHAN, à medida que o “rito do tombamento” (KERSTEN, 2000, p. 49-50) conferia, ao conjunto do patrimônio cultural selecionado, status de documentos da nação, passível, portanto, de uma releitura do passado em articulação com um futuro a ser construído. Nesse processo, o resgate do passado para lançar-se ao futuro aproximou-se do ideário estado novista. Conhecer o passado e a tradição passou a ser visto como determinante para o projeto de construção de uma nova consciência para o futuro (OLIVEIRA, 2008, p. 122).

Na construção da representação da nação, concomitantemente, foram dispostos um repertório de bens de excepcional valor e os conceitos clássicos de história e de cultura – respectivamente a oficial e a erudita – que caracterizaram sobremaneira a “fase heróica” do SPHAN, a “sacralização da memória em pedra e cal” (NOGUEIRA, 1995). Nesse sentido, costurou-se uma perspectiva elitista e redutora desenhada pela herança europeia decorrente da seleção dos exemplares arquitetônicos e artísticos do período colonial. Enfim, era preciso “autenticar” o Brasil como forma de garantia da entrada do país na “história universal das civilizações” (CHUVA, 2009).

Mesmo diante das alterações contundentes dos anos 1930 no âmbito das ciências humanas, em virtude das análises inclusivas de Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda ou, mesmo antes, com os trabalhos do historiador cearense Capistrano de Abreu, não houve incorporação do legado cultural e histórico de múltiplas etnias. Assim, no novo desenho sobre a Nação, ficavam de fora as contribuições de índios e africanos, principalmente no que tange à nossa língua, costumes, religião, modos de morar, de cultivar, de comer, de festejar, etc.

Na tradição preservacionista que vigorou até a década de 1970, também ficaram de fora as contribuições dos imigrantes e a chamada tradição popular com suas festas e folguedos, de cunho religioso ou profano. Todo esse conjunto de manifestações foi alvo de interesse de folcloristas (Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – CDFB), etnólogos e antropólogos que, durante boa parte do século XX, foram aprimorando uma metodologia de inventário e registro, segundo as acepções diferenciadas do popular e do lugar institucional ao qual pertenciam.

A partir da década de 1970, uma nova relação entre patrimônio cultural e identidades começou a se configurar. Se, como mostrou Hartog, esse é o momento de uma virada em que a questão do patrimônio se transformou em dever de memória; em termos globais, o tempo nacional, que fundamentava uma singularidade nacional, desdobrou-se numa pluralidade de singularidades locais, tangíveis e intangíveis, mas, ainda assim, em diálogo com o nacional. É o momento em que o campo do patrimônio se torna mais complexo “levado a refletir sobre novas possibilidades de fronteiras ou clivagens, motivadas por outras dimensões de pertencimento que não à nação” (CHUVA, 2012, p. 73).

Os estudos de Sérgio Miceli (1984), Renato Ortiz (1994), Alexandre Barbalho (1998) e Lia Calabre (2009) têm sido de fundamental importância para compreender os novos domínios da cultura no contexto do regime militar brasileiro. A formulação do Plano Nacional da Cultura em par com as metas da política de desenvolvimento social integradas nos Planos de Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) vai incidir diretamente nos órgãos de preservação da cultura quais sejam: o IPHAN e a CDFB. Nessa trajetória de mudanças, os primeiros sintomas de uma nova orientação voltada para a identificação da diversidade e o registro do popular ocorrem com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC (1975), posteriormente integrado à Fundação Nacional Pró-Memória (1979) por Aloisio Magalhães, portanto, um espaço fora do âmbito do Ministério da Educação e Cultura – MEC e da alçada do IPHAN.

Mostrando-se ressonância do projeto andradino para o patrimônio, distingue-se deste à medida que opera com o conceito de bem cultural como dispositivo capaz de identificar toda a dinâmica cultural como patrimônio. Com o objetivo de proceder ao “referenciamento da dinâmica cultural brasileira”, vários inventários foram realizados com o propósito de catalisar a ideia de um “patrimônio não consagrado” consubstanciado na reelaboração da noção de cultura e, sobretudo, de cultura popular (FONSECA, 1997, 2008; MAGALHÃES, 1985). Segundo o discurso de Aloisio Magalhães, o atrelamento da cultura ao desenvolvimento do país passa pelo reconhecimento de uma cultura “viva”, um patrimônio ainda não reconhecido, mas importante indicador para uma opção interna de desenvolvimento. Com vistas à elaboração de “indicadores” de “desenvolvimento harmonioso”, foram desenvolvidos projetos de mapeamento e documentação da diversidade cultural que deveriam alimentar um futuro banco de dados.

Essa ideia de inventariar e registrar a memória da cultura popular, almejando alcançar as condições sociais de produção e o processo criativo, tem sua versão estadualizada no Centro de Referência Cultural do Ceará – CERES (1975-1990). À semelhança do CNRC, surge motivado pelo alarde de que “a cultura popular corria perigo”. Diante da ameaça de descaracterização do artesanato, em meio às influências externas, demandas mercadológicas e cursos de formação de artesãos, surgiu a necessidade de promover o registro do saber-fazer popular e da memória da cultura tradicional popular do Estado. Não se tratava de imortalizar o produto do trabalho, mas de registrar o próprio trabalho e a forma como os sujeitos se relacionavam com a prática cultural no seu cotidiano (NOGUEIRA, 2010, p. 447-460).

Nessa trajetória do CNRC, que Aloisio levará para o IPHAN, é notável o distanciamento de uma noção de patrimônio assentada na atribuição de valores e sentidos aos bens patrimoniais em si para uma concepção mais preocupada com os processos e sujeitos produtores desses bens culturais. Preservar processos e não mais produtos ou objetos culturais tornou-se, então, os desafios e dilemas da prática preservacionista.

Toda essa mudança que a virada antropológica imprimiu ao campo do patrimônio cultural deve ser entendida num contexto de mudanças maiores que vinham se processando em termos de transformações histórico-políticas da sociedade contemporânea, segundo as tensões locais e internacionais. A perspectiva antropológica de cultura voltada para as práticas cotidianas e para as manifestações e saberes diversos colocou, no plano cultural, a diferença como elemento constitutivo de apreensão do social. As singularidades e valores que referenciam as práticas culturais de diversos grupos passaram a ser reconhecidas forjando mudanças nas narrativas sobre o passado reconfigurando a escrita da história e as políticas de preservação do patrimônio cultural (NOGUEIRA, 2008).

As orientações internacionais que vinham da UNESCO, através das “cartas” e “recomendações”, desde a aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, em 1972, passando pela Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular do Mundo, em 1989, e Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, em 2003, são indícios importantes que respondem à pressão e às demandas de grupos e nações de tradições não-europeias para que a dimensão intangível do patrimônio fosse inserida no acervo do chamado patrimônio da humanidade.

Já no Brasil, o debate em torno da defesa da diversidade cultural e do direito à memória de distintos grupos étnico-culturais, nos anos de 1980, mobiliza e aciona diferentes apropriações do patrimônio tornando-o um “conceito engajado”. Nos movimentos de grupos indígenas, negros e culturas tradicionais “a luta pelos conceitos adequados ganha relevância social e política”, lembra Koselleck (2006, p. 100-101). As reivindicações de reconhecimento social e a preservação de suas tradições serão respaldadas pelo artigo 216 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que acolhe uma noção ampla e plural de identidade e define a atual concepção de patrimônio cultural, legitimando juridicamente a salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial.

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”

Em sintonia com esse movimento, também a renovação da historiografia brasileira, em diálogo com a antropologia, levou os historiadores a reconhecerem as ações desses novos sujeitos e a emergência da cultura imaterial, entendendo que festas, músicas e danças constituem um importante espaço de luta política e identitária na história do Brasil (ABREU, 2007).

A partir da Carta de Fortaleza (1997) e dos resultados do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial e da Comissão de Assessoramento ao Grupo de Trabalho, ambos criados pelo Ministério da Cultura, em 1988, foram elaboradas propostas para a proteção do patrimônio imaterial. Os estudos e as discussões levaram à aprovação do decreto 3.551, de

2000, que instituiu o Registro e o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial – PNPI. A noção de patrimônio imaterial, tal como definida pela Constituição de 1988, será tomada, no âmbito do Programa, como “um instrumento de construção e fortalecimento de cidadania, tendo o interesse público como princípio norteador de seu reconhecimento” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000). Para a historiadora Martha Abreu (2007, p. 356): “O decreto abre a possibilidade para o surgimento de novos canais de expressão cultural e luta política para grupos da sociedade civil, antes silenciados, que são detentores de práticas culturais imateriais locais e tidas como tradicionais”.

Segundo o artigo 8º do mesmo decreto, o Programa visa “à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio”. Em apoio ao Registro, deverá “viabilizar a adequada instrução de processos, o tratamento e acesso às informações produzidas, a promoção do patrimônio cultural imaterial junto à sociedade, e o apoio e fomento aos bens registrados” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000). O Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC é outro importante instrumento de identificação das referências culturais que passou a ser adotado como metodologia a subsidiar a instrução dos processos de Registro.

A adoção desses novos instrumentos legais e administrativos para a identificação, (re)conhecimento e promoção de bens culturais de natureza dinâmica e processual tem colocado em debate a necessidade de enfrentar questões de ordem epistemológica, metodológica e política, ao mesmo tempo em que vem recair sobre a redefinição dos paradigmas clássicos da política de preservação. Esses novos instrumentos foram criados em distinção ao tombamento com o objetivo de abarcar os diferentes suportes da memória, manifestados num conjunto de práticas culturais cujas medidas de salvaguarda visam à preservação de festas e celebrações, saberes e ofícios, formas de expressão e demais referenciais constitutivos da “memória, identidade e formação da sociedade brasileira”.

Em meio a essas questões, dialogamos com as considerações da antropóloga Izabela Tamaso (2006) acerca dos novos olhares e desafios trazidos, ao campo do patrimônio cultural, com a introdução dos bens culturais de natureza imaterial. Para além da operação semântica do termo – uma vez que “manifestações culturais” e “cultura”, aos olhos dos folcloristas ou aos olhos dos antropólogos, passam a ser percebidas como “patrimônios” –, o que a autora procura destacar é “o papel que desempenhará o *antropólogo inventariante* ao ser parte do processo de inventário e registro de bens de natureza imaterial”, ou seja, está preocupada com o novo lugar do antropólogo (em perspectiva com o novo nicho de trabalho) que transmuta da condição de “pesquisador de políticas e recepção de práticas patrimoniais para o de *inventariante* de patrimônio cultural” (TAMASO, 2006, p. 9).

A categoria “antropólogo inventariante”, criada pela autora, deve-se à leitura que fez do texto de apresentação da metodologia do Inventário de Referências Culturais – INRC, de autoria de Antonio Augusto Arantes. Ao abrir os trabalhos do Manual de aplicação do INRC,

o antropólogo evidencia a dimensão política do instrumento e chama a atenção para “a responsabilidade social de pesquisadores e técnicos”. Ao mesmo tempo, adverte sobre os efeitos que o INRC deverá produzir como “consequências na formação e reconfiguração das identidades dos grupos e categorias sociais”. Ou ainda evidencia a reflexividade provocada pelo inventário ao “criar impactos sobre estratégias políticas e de mercado associadas ao patrimônio nos meios sociais envolvidos” (TAMASO, 2006, p. 27). Não é propósito deste texto aprofundar estas questões. O que procuramos destacar são alguns aspectos que nos ajudem a pensar de modo semelhante o lugar da história e o papel do historiador nesse novo rearranjo do campo do patrimônio cultural, tendo em vista a centralidade que os inventários (seguindo ou não a metodologia do INRC) passaram a ocupar nas políticas de preservação em níveis federal, estadual e municipal.

Uma vez que o Registro e o Inventário correspondem à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem de natureza imaterial – instrumentos que agora conferem status de patrimônio nacional aos bens culturais de natureza imaterial –, a história tem sido novamente designada como “fiadora” dos processos de patrimonialização. Segundo Márcia Sant’Anna (2006, p. 139), a noção de continuidade histórica veio substituir a noção de “autenticidade” e seu correspondente “imobilismo” que tanto caracterizou o tombamento. Considerando a natureza dinâmica e processual dessas expressões, a história tem sido acionada com o objetivo de identificar os processos históricos e culturais de sua criação e situa-las no tempo e no espaço. Assim, justifica o caráter provisório do Registro e a possibilidade de revogação do reconhecimento do bem após dez anos.

Não obstante, diferentemente de uma perspectiva “mais ampla de retenção e releitura do passado, seus símbolos e significados, e da própria cultura brasileira” (ABREU, 2007, p. 356), a noção de continuidade histórica, condição necessária à identificação das experiências temporais dessas manifestações, acabou reproduzindo uma concepção naturalizada de tempo linear, herdeira da sacralização iluminista de história. Da mesma forma, a metodologia do INRC, pautada nas regras disciplinares da antropologia, tem reservado à história um papel de coadjuvante no processo de coleta de dados históricos com o objetivo de legitimar a antiguidade do bem, “perdendo, com isso, a dimensão diacrônica e sua associação com o trabalho de construção da memória” (CHUVA, 2008, p. 42).

Entendendo que a memória é sempre uma reelaboração social e culturalmente determinada, o que mais tem desafiado os historiadores e demais pesquisadores das ciências humanas e sociais é identificar e problematizar os elementos pelos quais foram articulados determinados usos do passado em demandas ancoradas num presente igualmente determinado. Os tempos da memória são múltiplos e conflituosos e carregam, no jogo das dinâmicas identitárias, as marcas do presente. O tempo da memória é o presente porque são as demandas do presente que mobilizam a memória. É necessário perceber como os referenciais identitários de grupos, comunidades e segmentos sociais são cotidianamente

criados, recriados e negociados em suas práticas sociais. Afinal, o tempo do saber e do saber-fazer, dos ofícios e dos mestres é o tempo da tradição. O tempo do transmitir e do receber é atravessado de presente e pelo presente. Dito de outra maneira: é preciso atentar que, por trás do desejo e da vontade de memória, manifestados no apelo à tradição, está a própria necessidade de reatualizar o sentimento de identidade de determinados grupos ou comunidades (CANDAUI, 2011, p. 122).

Ainda na perspectiva de pontuar alguns aspectos dos trabalhos do historiador diante da posição distinta que os inventários passaram a operar nas novas políticas de memória e do patrimônio, nesse instante, é preciso problematizar questões de ordem epistemológica e política que atravessam o ato de inventariar e produzir documentos de e sobre memória e patrimônio cultural. Afinal, também aqui, o “historiador inventariante”, que se utiliza desta ferramenta, tem um compromisso social e político dadas as implicações inerentes ao processo de produção de evidências pautado na seleção e escolha de uma história e uma memória a serem preservadas.

Nos últimos anos, observamos uma proliferação de inventários sendo realizados, independentemente da natureza do bem, de estarem ligados ou não a alguma das agências do patrimônio cultural e de seguirem ou não a metodologia do INRC disponibilizada pelo IPHAN. É cada vez mais corriqueiro o historiador ser solicitado a responder à demanda pela constituição de inventários vindos dos diferentes editais do IPHAN, MEC (PROEXT), Secretarias de Cultura dos estados e dos municípios ou, ainda, de ONGs, movimentos sociais, étnicos e culturais, universidades e escolas, entre outros. O resultado desses “empreendimentos de memória e patrimônio” tem se traduzido numa profusão enorme de pesquisas históricas, na maioria das vezes, sem nenhum critério ou critérios poucos consistentes.

Diante das diferentes formas de apropriações do inventário, até mesmo um inventário aplicado em situação urbana (numa escala menor, um bairro, e.g.) ou numa comunidade de saberes tradicionais – quando professores universitários e de ensino fundamental e médio aventuram-se a exercitar a educação patrimonial no estudo da memória e patrimônio locais – não está isento desta questão, o que, em certa medida, garantem que essas experiências de trabalhos da memória não incorram numa prática muito comum de apenas corroborar a tradição, esquecendo-se do “dever da história” em interpelar a memória. Estamos falando de memórias sociais em conflito e da atribuição de significados que orientam a produção de evidências (NOGUEIRA et al., 2012, p. 228). Como podemos interpretar todo um conjunto de outras questões que se abre em torno dessa massa documental produzida em tipologias e suportes tão distintos (audiovisual, texto, áudio, fotografias, mapas, relatórios, etc.)? A emergência de um debate ampliado em torno da ética e da preservação desses documentos, suscitado pelos usos e direitos de propriedade envolvendo imagens, sons e depoimentos, o processo de constituição de acervos e o direito à memória têm contribuído igualmente para

adensar ainda mais os desafios e dilemas de historiadores e demais pesquisadores na complexidade que envolve a nova configuração do campo do patrimônio cultural (CHUVA; NOGUEIRA, 2012).

Se entendemos que patrimônio cultural é aquilo que define o outro a partir de referenciais identitários e é referendado por valores atribuídos a bens e práticas culturais em diferentes momentos e espaços, é preciso atentar para a historicidade desse processo, uma vez que a história do patrimônio, recorrendo novamente a Dominique Poulot, é a “história da construção do sentido de identidade”, forjada no âmbito das políticas públicas de preservação. Neste raciocínio, a reflexão sobre o patrimônio contribui “para revelar a identidade de cada um, graças ao espelho que oferece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro: o outro de um passado perdido e como que tornado selvagem; o outro se for o caso, do alhures etnográfico” (POULOT, 2009, p. 14). Este é o desafio e o dilema da lida com o patrimônio cultural: a lida com as temporalidades diferentes que definem o outro.

A despeito das especificidades dos instrumentos que fundamentam a institucionalização do patrimônio cultural no Brasil, ainda que olhares apressados tendam a caracteriza-los como sendo de ordem conceitual e/ou metodológica, em estreita articulação com a dimensão material e imaterial do bem, o que temos procurado evidenciar, nessa perspectiva histórica, é que tanto o tombamento quanto o registro se inserem na lógica das escolhas e atribuição de valores, segundo as contingências sociais e temporais sob as quais eles se constroem e se localizam. Ao documentar a memória de determinados bens e práticas culturais no tempo e no espaço, o registro e o inventário constituem-se, assim como o tombamento, em um importante dispositivo de construção de uma representação da nação igualmente assentado num *continuum* temporal.

Na perspectiva de uma modalidade de escrita do passado, as reflexões sobre o patrimônio cultural devem considera-lo como parte do esforço dos agentes envolvidos (poder público e sujeitos sociais) de tornar a experiência do transcurso do tempo em experiência partilhável social e coletivamente (GUIMARÃES, 2012, p. 87). É nessa propositura que observamos, na nova configuração do campo do patrimônio, a substituição de um imperativo tempo monumental – remanescente de uma memória histórica e identidade nacional que pouco referia-se a maioria da população – por um tempo social – importante testemunho das temporalidades sociais que compõem as múltiplas experiências vividas por indivíduos e grupos em seu processo de reelaboração das identidades na sociedade contemporânea.

Talvez, seja mais pertinente pensar a “efervescência patrimonial”, expressa nas diferentes modalidades de patrimonialização (CANDAU, 2011, p. 158-164), incluindo aqui a própria dilatação do campo do patrimônio, como um amplo processo decorrente de deslocamentos profundos que seguem o movimento das memórias e acompanham as

dinâmicas identitárias. O novo desenho e a expansão do campo do patrimônio cultural têm seus contornos sempre definidos em sintonia com a expansão da memória e a transitoriedade das identidades, entendendo que o ato de patrimonializar, inscrito na lógica do lembrar e esquecer, nem sempre constrói e preserva identidades. Nesse jogo conformado pelas dinâmicas identitárias, os usos sociais do passado ao mesmo tempo que confere a cada um o poder de tomar para si um patrimônio, autoriza-lhes a ver e narrar-se a si mesmo. Daí o patrimônio tem sido cada vez mais reivindicado e menos herdado.

Bibliografia

- ABREU, Marta. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. In: SOIBERT, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed. DP e A, 2003.
- ANDRADE, Mário. Crônicas de Malazarte VIII. In: BATISTA, Marta Rossetti LOPEZ, Telê Porto Ancona; LIMA, Yone Soares (Org.). *Brasil: 1º tempo modernista, 1917\29: documentação; pesquisa, seleção, planejamento*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972. p. 109 - 115.
- BARBALHO, Alexandre. *Relações entre estado e cultura no Brasil*. Ijuí: UNIJUI, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. *Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 12 set. 2014.
- CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2009.
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000 (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. A propósito de culto e de monumentos. In: RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

_____. *Patrimônio e mundialização*. Coimbra: Licorne/Chaia, 2005.

CHUVA, Márcia. A história como instrumento na identificação dos bens culturais. In: SILVA, Maria Beatriz Resende (Org.). *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p. 41-50.

CHUVA, Márcia. O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: OFICINA DE PESQUISA: a pesquisa histórica no IPHAN, 1., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Copedoc/ IPHAN, 2008. p. 27-44.

_____. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.

CHUVA, Marcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Org.). *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

FONSECA, Maria Cecília L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

_____. Patrimônio cultural: por uma abordagem integrada (Considerações sobre a materialidade na prática da preservação). In: OFICINA DE PESQUISA: a pesquisa histórica no IPHAN, 1., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Copedoc/ IPHAN, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. História, memória e patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 91- 111, 2012.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1998.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial*. Brasília, 2000.

JEDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KERSTEN, Maria Scholz A. *Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

MORAES, Eduardo Jardim. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto R. *Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: : uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional*. Anos 90, Porto Alegre, p. 233-255, v. 15, n. 27, 2008.

_____. *O Centro de Referência Cultural – CERES (1976-1990) e o registro audiovisual da memória popular do Ceará*. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes. (Org.). *Futuro do pretérito: escrita da história e história do museu*. Fortaleza: Instituto Frei Tito Alencar, 2010.

_____. *O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN e a redescoberta do Brasil: a sacralização da memória em pedra e cal*. 1995. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1995.

_____. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto R. et al *Benfica em três tempos: patrimônio, inventário e memória local*. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Org.). *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto história: História e Cultura*, São Paulo, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PATRIMÔNIO Imaterial: *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial*. 2. ed. Brasília: MEC/IPHAN, 2003.

PAULA, Zuleide C.; MENDONÇA, Lúcia G.; ROMANELLO, Jorge L. *Polifonia do patrimônio*. Londrina: EDUEL, 2012.

PEREIRA, Julia Wagner. O tombamento: de instrumento a processo na construção de uma ideia de nação. In: CHUVA, Marcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Org.). *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RUBINO, Silvano. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade de Campinas, Campinas, 1991.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed. DP e A, 2003. p. 49-58.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. Brasília: UnB, 2006. (Antropologia, 390).